DESCOLONIALIDADE E PERSPECTIVA NEGRA¹: RACISMO, POVOS INDÍGENAS E A DITADURA MILITAR NO BRASIL

FERNANDO DA SILVA CARDOSO²
UFPE

JOYCE DA SILVA TAVARES³
UNIFAVIP

RESUMO: *Este ensaio apresenta algumas intersecções entre a matriz colonial racista e o apagamento histórico de graves violações de direitos humanos direcionadas pelo militarismo brasileiro a populações indígenas. O objetivo geral assumido é o de problematizar o imaginário etnocolonial-racista de dominação e violação de direitos indígenas no militarismo brasileiro, a partir de uma perspectiva decolonial negra. Trata-se de um estudo bibliográfico, de caráter exploratório, que busca reler o tema eleito a partir de marcos teóricos decoloniais negros, visando apresentar novas lentes à leitura deste quadro. A discussão sobre como a ideologia etnocolonial-racista esteve presente, implicitamente, nas violências direcionadas a povos indígenas, através das ações militares, aponta para a necessidade de serem construídas novas chaves de leitura. Aponta-se que o quadro justransicional brasileiro, em relação aos povos indígenas, é marcado por uma abordagem que subalterniza marcadores étnico-culturais importantes. As notas construídas apontam que políticas justransicionais pautadas na noção de justiça étnico-coletiva podem evidenciar os marcadores etnocolonial-racistas de diferenciação que perfizeram as violências totalitárias e apontar para uma perspectiva de não-repetição que considere como o racismo e o colonialismo foram determinantes nesse contexto.*

PALAVRAS-CHAVE: *colonialismo; racismo; indígenas; Brasil; ditadura.*

ABSTRACT: *This essay presents some intersections between the racist colonial matrix and the historical erasure of serious human rights violations directed by Brazilian militarism to Indigenous populations. The general objective is to problematize the ethno-colonial-racist imagery of domination and violation of Indigenous rights in Brazilian militarism, from a black*

¹ O uso dos termos “decolonialidade e perspectiva negra” decorre e faz clara menção ao texto “Decolonialidade e perspectiva negra”, escrito pelos professores Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel, que é parte de um importante e recente dossiê lançado em 2016 pela Revista Sociedade e Estado, do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

² Doutorando em Direito - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Direitos Humanos - Universidade Federal de Pernambuco. Professor Assistente, Subcoordenador de Pesquisa e Extensão e membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito da Universidade de Pernambuco - Campus Arcoverde. E-mail: cardosodh8@gmail.com.

³ Graduanda em Direito - Centro Universitário do Vale do Ipojuca. Pesquisadora no Projeto de Iniciação Científica “Direitos humanos, violência, e diversidade humana no período ditatorial, no agreste pernambucano (1964-1985)”. E-mail: joycetavares@hotmail.com.

colonial perspective. This is an exploratory bibliographical study, which seeks to reread the theme chosen from theoretical decolonial black landmarks, in order to present new lenses to the reading of this picture. The discussion about how ethno-colonial-racist ideology was implicitly present in the violence directed at Indigenous peoples, through military actions, points to the need to find new ways of reading. It is pointed out that the Brazilian justransicional framework, in relation to the Indigenous peoples, is marked by an approach that subordinates important ethnic-cultural markers. The constructed notes point out that justransicional policies based on the notion of ethno-collective justice can highlight the ethno-colonial-racist markers of differentiation that have contributed to totalitarian violence and point to a perspective of non-repetition that considers how racism and colonialism were decisive in this context.

KEYWORDS: *colonialism; racism; Indigenous people; Brazil; dictatorship.*

Introdução

A década de 1960 marca o início de um novo e violento capítulo na história de luta e resistência indígena no Brasil. Políticas predatórias de desenvolvimento atingiram duramente, a partir desse período, vários povos nativos, muitas delas capitaneadas pelo próprio poder público, que culminaram – e, nos dias de hoje, ainda culminam – na subalternização de comunidades tradicionais e indígenas.

Entende-se que, a partir da crítica à matriz etnocêntrica, colonial e racista do sistema-mundo, relacionando-as com as discussões sobre graves violações aos direitos dos povos indígenas na ditadura militar, pode-se ampliar e refletir questões que perfizeram esse quadro, tais como as que dão origem a esse estudo, a saber: Quais as manifestações da matriz etnocêntrica, colonial e racista presentes nos processos de graves violações aos direitos indígenas na ditadura militar brasileira? Os marcos justransicionais brasileiros dimensionam as dimensões etnocolonial-racistas desse processo de violência? A noção que perfaz a justiça étnico-coletiva pode apresentar que notas ao processo justransicional brasileiro?

Assim, o objetivo geral do presente estudo é problematizar o imaginário etnocolonial-racista de dominação e violação de direitos indígenas no militarismo brasileiro, a partir de uma perspectiva decolonial negra. Em outras palavras, esse estudo assume a intenção de refletir a forma pela qual a violência militar brasileira significou na reprodução de

ideologias coloniais e racistas para justificar as práticas de discriminação e opressão às populações indígenas.

Elegeu-se, ainda, objetivos específicos que auxiliaram na compreensão da problemática em questão. Buscou-se: discutir sobre as ideologias etnocêntricas, coloniais e racistas e suas marcas nas violações aos direitos indígenas; analisar o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a fim de identificar a presença de variáveis etnocêntricas nos processos de violação aos direitos humanos indígenas durante o militarismo brasileiro; e, por fim, relacionar a justiça étnico-coletiva como um possível marco justransicional às discussões envolvendo povos indígenas.

Este ensaio traduz a possibilidade de se pensar, no direito, desenhos de como o trajeto desenvolvimentista e de graves violações de direitos humanos a povos indígenas – causados pelo etnocentrismo, colonialismo e racismo – são marcados por processos de invisibilização que necessitam ser desvelados. Pretende-se apresentar discussão sobre como o desvelar e o reconhecimento dos povos indígenas em processos totalitários são forjados a partir de marcadores que invisibilizam e marginalizam questões essenciais à afirmação de identidades e reconhecimento desses sujeitos.

Trata-se de um estudo bibliográfico, de caráter exploratório, por ter sido desenvolvido com o objetivo de refletir a partir do tensionamento de questões teóricas, problematizando-as a partir de marcos alternativos, relacionando novas ideias e/ou relendo algumas já existentes (GIL, 2009).

Etnocentrismo e racialização: notas sobre a dominação

O etnocentrismo caracteriza-se a partir de um universo de representações hegemônicas, tornando-o único modelo de mundo, enquanto todos os outros universos e culturas diferentes são reduzidos à insignificância (CARVALHO, 1997). Mais especificamente, etnocentrismo tem significado numa matriz de mundo produzida, histórica, política e culturalmente, pelo colonizador. Nesse sentido, é através do colonialismo que se introduz valores e normas singulares a grupos subalternizados, responsáveis pela continuidade do processo

colonizador. Logo, os *Outros* – os que são e agem de forma diferente do pensamento hegemônico – são apropriados e (re)produzidos a partir da imagem de “aculturados”, “aberrações”, “anormais” (MENEZES, 1999).

O pensamento etnocêntrico, hoje, por meio de matrizes coloniais e racializadas, segue julgando e categorizando povos e culturas ditos inferiores sob o argumento acrítico acerca de como essas formas de pensar tais premissas temporais se instituíram. A assimilação homogênea e hegemônica de sujeitos, costumes, identidades, atualmente, ainda se dá sob a égide de um reconhecimento vazio de marcadores raciais e étnicos (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016) em se tratando de povos marcados culturalmente.

A crítica ao etnocentrismo, atualmente, precisa ser demarcada por uma perspectiva que realce como a invisibilidade a sujeitos marcados por questões étnicas e raciais é construída a partir do racismo colonial⁴. Em suma, a desconstrução da supervalorização de determinados grupos em relação a outros – a qual segue sendo tomada na academia, por exemplo, como referência para a compreensão das normas e do cotidiano de grupos menos importantes – em tese, tem ignorado totalmente a possibilidade de que o *Outro*⁵ possa ser um/o *loci* enunciativo em si (TELLES, 1987; QUIJANO, 2005).

Nesse sentido, a reflexão acerca de como o etnocentrismo, de forma extremamente sutil, se materializa, manifestando-se sistematicamente através de omissões de protagonismos, enunciação de valores colonial-racial-hegemônicos, ocultando importantes acontecimentos, ou perpetuando injustiças, pode resultar em potenciais chaves de leitura para o cotidiano de violências a populações marcadas em termos raciais e étnicos⁶. De fato, trata-se de questionar e desvelar

⁴ Em outros termos, e de forma atualizada, trata-se de marcador institucional ou sistêmico que opera, historicamente, de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas, na reprodução de hierarquias raciais (WERNECK, 2016, p. 15).

⁵ Aquele que, por carregar consigo valores, marcas culturais, pensamentos e ideologias diferentes das que o pensamento ocidental instituiu, é considerado inferior. Trata-se da ideia fundante do colonialismo, que marca na produção imaginária e histórica determinados grupos sociais como “estranho”, “selvagem”, “aborígene”, “animalesco”, o *Outro* a ser dominado/subalternizado pela cultura ocidental/colonial dominante.

⁶ Um dos maiores casos de violência e negação de direitos que podemos citar foi o processo de colonização do Continente Africano. Os problemas sociais que envolvem a África têm raiz na violência colonial ocidental. A própria divisão do continente obedece aos interesses dos europeus, desprezando-se, muitas vezes, diferenças étnicas e culturais que caracterizam esse povo. O etnocentrismo marca o *modus operandi* das diversas formas de exploração utilizadas pelos colonizadores, na violência imposta, nos massacres, no

uma violência que, historicamente, se concretizou de formas diversas físicas e sociais, nas múltiplas expressões do colonialismo.

A superioridade que grupos, culturas, ou nações ainda dedicam àqueles/as dominados/as e oprimidos/as tem requerido, segundo Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), a construção de perspectivas negras latino-americanas e caribenhas face aos *loci* geopolíticos da produção do conhecimento e das narrativas e acerca dos corpos-políticos de enunciação, como forma de se construir um “sentido da decolonialidade”⁷ (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 16) capaz de abarcar a subalternidade de minorias sociais durante processos de dominação.

Marcadores etnocolono-raciais foram – e ainda são – elemento fundante à extrema violência direcionada especialmente a povos indígenas. A negação do *Outro* como detentor de dignidade e/ou identidade foi, em suma, a lógica da dominação. Nega-se o colonizado por se vê-lo como inferior, uma ameaça à cultura dominante, mas, principalmente, como forma de idealizar o branqueamento social (WERNECK, 2016), vetor do genocídio de vários povos latino-americanos, sobretudo indígenas.

A rejeição do *Outro* – colonialidade do ser – aliada à condição de dominação ocidental, assume, também, uma outra dimensão: aqui, não lhes é tirada a vida, apenas a sua diferença, ou seja, exclui-se e se nega a alteridade, elemento que torna o *Outro* digno de humanidade, convertendo-o e reduzindo-o à incapacidade, à indiferença e à subalternidade (WALSH, 2008). O etnocentrismo desvela, ao lado da matriz colonial-racial, uma forma sutil e perversa de apagamento: conserva-se a alteridade e se faz dela um pretexto à opressão. Essa diferença, que tem legitimado até hoje a opressão, dominação e exploração de grupos subalternos, sustenta a partir do racismo a degradação da condição humana de grupos marcados étnica e racialmente.

Em suma, esta tem sido a matriz pela qual surgem e se desenvolvem as diferentes e variadas formas de exploração e opressão

descaso das organizações internacionais para com essa população e na coisificação do ser humano, presentes, inclusive, até os dias de hoje (FANON, 1979).

⁷ Noção que surge, para os autores, como tentativa de se “evitar o paradoxal risco de colonização intelectual” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 16).

entre raças. O etnocentrismo, quando tensionado ao seu limite, assume a condição de ideologia justificadora da eliminação do *Outro*. Afinal, como afirma Menezes (1999), para a sua reprodução, não faltam “intelectuais orgânicos” tecendo teorias e tratados a serviço da perpetuação da dominação.

Não é apenas por meio do etnocentrismo que matrizes colono-raciais têm se instrumentalizado. Este presta enorme fundamento a diversos cenários. Segundo Menezes (1999), a recorrência etnocêntrica a mimetismos e camuflagens é apresentada em formas benignas, quase que irreconhecíveis da colonialidade étnico-racializada. A desvalorização do *Outro* através do imaginário ocidental é extremamente eficaz na descaracterização de sujeitos subalternos. Para Certeau (1998), o “exotismo” e a “romantização” do *Outro* ainda são formas de descaracterizar o oprimido, de tornar sua diferença uma curiosidade, atração, um espetáculo vivido da dominação⁸. Em suma, sujeitos e suas culturas não são levados a sério; trata-se de uma expiação da diferença.

É a atitude etnocentrista que não só descaracteriza o *Outro*, mas que, de fato, não hesita em torná-lo e/ou reduzi-lo à diferenciação. A justificação, a partir do etnocentrismo, de marcadores e práticas opressivas, políticas imperialistas e discriminatórias em relação a sujeitos marcados étnica e racialmente, até os dias de hoje, tem requerido uma leitura aliada a esses quadros, como forma de potencializar a crítica.

Nesses termos, o projeto decolonial assume, nessa discussão, dois trajetos importantes: a iniciativa de provincializar as bases do saber Europeu e, também, qualquer outra forma de conhecimento voltada à universalização. Sob o olhar decolonial vislumbra-se, segundo Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), que a crítica decolonial negra

⁸ O argumento de autoridade, forjado a partir do discurso científico positivista, é o cerne da dominação/subalternização de grupos minoritários. Esse elemento é objeto de análise, por exemplo, no filme “A Vênus Negra”, que narra a história de Saartjie Baartman. No filme, Sarah, negra e obesa, considerada um ser exótico pela sociedade francesa do séc. XIX, por toda a sua exuberância corporal (lábios, rosto, seios e glúteos fartos), é exposta em uma jaula como sendo uma “atração” num circo. Esse ocorrido é legitimado pelos argumentos científicos (racistas) da época sobre o a genética de pessoas negras. Após toda sua história de vida marcada por humilhações, selvagerias, agressões, exposição de seu corpo publicamente, é alugada para fins sexuais. Cientistas – homens, brancos, burgueses, racionalistas – veem nela a representação de um animal exótico. Essa representação persistiria mesmo após a sua morte, em 1815. O esqueleto e alguns dos órgãos de Saartjie ficaram em exibição no Museu do Homem, em Paris, até 2002, ano em que o então Presidente sul-africano Nelson Mandela solicitou formalmente que seus restos fossem enviados ao seu país natal para sepultamento. Saartjie é a materialização do projeto colonial do dominação e usurpação do *Outro*.

pode significar um importante giro na base argumentativa até aqui construída, mudando-se não apenas o contexto, mas os termos da conversação, e, assim, desvencilhando-se da reafirmação e controle de velhas e novas posições de poder.

Interseccionar a decolonialidade e a perspectiva negra pode significar no entendimento de que o argumento decolonial não se reduz a um projeto acadêmico, mas, também, que consiste numa prática de oposição e intervenção lida a partir do *“momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492”* (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 17).

Marcadores etnocolono-raciais e as violações aos direitos indígenas durante a ditadura militar brasileira

Página ainda pouco explorada da história brasileira, é fato que populações indígenas⁹ foram alvo de graves violações de direitos humanos no período ditatorial brasileiro (1964–1985). Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, o que se sabe é apenas uma pequena parcela do que realmente ocorreu naquela época contra os povos indígenas. A partir desse documento é que, incipientemente, se compreende a necessidade de se problematizar/investigar esse quadro, pois o que se conhece ainda é muito superficial perto ao que aconteceu. Em suma, é possível apenas entrever a real extensão desse quadro de violações.

Reprodutora da matriz colonial de dominação, a sistemática de graves violações de direitos humanos direcionadas a povos indígenas durante o militarismo brasileiro dialoga com o que poderíamos chamar de nova faceta do colonialismo: as políticas de desenvolvimento¹⁰. Ocorrendo de forma estrutural, omissões e ações violentas do Estado brasileiro sempre fizeram parte do cenário indigenista, violência que,

⁹ O fato de se assumir neste ensaio a discussão sobre povos indígenas, não desconsidera a discussão a ser feita acerca do cotidiano de populações tradicionais e o processo colonizador.

¹⁰ Podemos citar como exemplo a abertura de estradas como a Transamazônica, a Belém-Brasília, a BR 364, a BR 174 e a Perimetral Norte, empreendimentos construídos a partir da expulsão, morte e suor de populações indígenas e tradicionais.

assim como na colonização do restante da América Latina, levou ao desaparecimento de várias populações indígenas ao longo do tempo.

A noção de “colonialidade”, já encontrada na tradição do pensamento negro (QUIJANO, 2005; BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016), pode ajudar a compreender como povos indígenas, marcados étnica e racialmente, foram subalternizados durante o militarismo brasileiro. Muitos dos crimes cometidos contra indígenas decorreram da ação do próprio órgão encarregado pela proteção destes povos. O Serviço de Proteção aos Índios (SPI), subordinado ao Ministério da Agricultura, foi depois substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai), com a criação do órgão do Ministério do Interior. A essa entidade era dado o encargo da expansão da malha de rodovias e políticas de desenvolvimento em geral. Aos órgãos governamentais sempre foi dada a função de proteção aos povos indígenas, condição totalmente negligenciada nesse período. Assim como na escravidão, populações indígenas foram submetidas a serviços ilegais pelo Estado, ou, até mesmo, por grupos particulares ligados ao governo. Graves violações de direitos humanos desses sujeitos ocorreram em obras de infraestrutura, extração de madeira e minério, uma nova roupagem do processo de colonização (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005).

Ao se analisar como a matriz etnocolono-racial esteve incutida, implicitamente, nas violações de direitos humanos a índios pelas ações militaristas brasileiras, traduz-se a possibilidade de serem construídos novos marcos reflexivos sobre esse acontecimento. Em tese, pode-se aproximar decolonialidade e perspectiva negra na busca por significados na localização do sistema-mundo capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial (MIGNOLO, 2006) responsável pela identificação racializada de populações indígenas nesse período. O elemento de extrema violência nesse processo, a negação do *Outro* e o apagamento de sua dignidade, encontra na matriz etnocolono-racial sua justificativa.

A colonialidade do poder pode ser vista enquanto articuladora da raça e do racismo (MIGNOLO, 2005; BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016). A negação do *Outro*, fortemente observada na violência direcionada a índios/as e nos requintes de desprezo e de crueldade instrumentalizados pelo militarismo sobre esses povos, perfaz essa

dimensão do processo de dominação. Ofertas de alimentos envenenados, contágios propositais, sequestros de crianças, bem como massacres com armas de fogo marcam a premissa anteriormente suscitada. Somente entre os anos de 1968 e 1971, mais de dois mil índios foram mortos, seja pelas forças repressivas do Estado ou por mercenários a serviço do totalitarismo implantado (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005).

Marcada por uma suposta superioridade de raças, no mesmo período há uma tentativa de emancipar os índios. Dirigentes da Funai aplicavam “critérios de indianidade” para descaracteriza-los como sujeitos de direito, ou seja, apaga-se a diferença como forma de incluir o *Outro*. Essa política de assimilação cultural, que preconizava o desenvolvimento estatal, caracterizava-se, camufladamente, como um genocídio étnico-racial, que visou eliminar “legalmente os sujeitos dos direitos territoriais, [...] afinal, eliminava-se o que, no discurso oficial da época, costumava-se chamar de empecilhos ao desenvolvimento, a saber, os índios” (BRASIL, 2014, p. 2007). Nesse quadro, a ideia de racionalidade hegemônica e emancipatória forjada por esse processo de violência, lida na perspectiva decolonial e negra, revela algo oculto nesse cenário: a justificação epistêmica¹¹ da violência em relação ao *Outro* presente no mito da modernidade.

O etnocentrismo assumiu ainda outra forma mais sutil e oportunista dentro das práticas militares, a violência como negação da alteridade do *Outro*. Estes aspectos fazem desse cenário um pretexto para uma outra e nova relação de dominação. Os índios eram impedidos de transitar livremente, eram-lhes impostas detenções em celas ilegais, sem justificativa alguma, castigos físicos e até mesmo tortura no tronco, práticas similares às vivenciadas pela população negra em períodos de escravidão (GONZALEZ; HASENBALG, 1982).

Por outro lado, a partir da análise do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, dentre as inúmeras violações sofridas pelos povos indígenas, as violações aos direitos territoriais¹² eram, talvez, as

¹¹ Desde os debates teológicos da Escola de Salamanca em torno dos “direitos dos povos”, que definiram a posição de indígenas e africanos na escala humana, passando pelo racismo científico do século XIX, pela invenção do oriental, até a atual islamofobia, tem-se algumas significações das fronteiras – físicas e imaginárias – que perfazem essa noção de modernidade forjada partir do século XVIII.

¹² Vale ressaltar que a Constituição de 1934 e todas as outras subsequentes garantiam direitos territoriais aos índios, pouco considerados frente às políticas de desenvolvimento nacionais, especialmente durante o militarismo.

principais delas, e, a partir destas, decorriam inúmeras outras (BRASIL, 2014). Havia planos governamentais que, de forma sistemática, estruturavam o esbulho das terras indígenas. O próprio Estado facilitava a invasão e titulação das áreas indígenas a terceiros. Juntamente com as apropriações irregulares: foram emitidas declarações oficiais fraudulentas de negação de existência de índios nas áreas cobiçadas por particulares e militares, como forma de legitimar a posse ao mesmo tempo em que havia a tentativa de exterminação de povos indígenas.

Assim, estas notas exemplificam como a matriz etnocolono-racial esteve presente, implicitamente, na forma como se deram prisões abusivas, torturas, maus tratos, na usurpação do corpo indígena feminino, no trabalho escravo, remoções forçadas e apropriação indébita de riquezas e patrimônios das terras indígenas, principalmente, por funcionários do Estado e civis-militares, inclusive de órgãos que possuíam, em tese, o dever de proteção a esses povos. Em suma, o projeto desenvolvimentista militar, aliado às políticas de segurança e de repressão, marcam as bases etnocêntricas, coloniais e racializadas do trato para com a população indígena brasileira ao longo dos anos de chumbo.

Sobre um passado presente: o Relatório da Comissão Nacional da Verdade e a (re)colonização indígena

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) estima em 8.350 o número de índios mortos em decorrência da ação direta ou omissão de agentes governamentais no período da ditadura (BRASIL, 2014). A CNV destaca ainda que este número é fruto apenas de um levantamento parcial, pois não se conseguiu estimar precisamente todos os povos afetados. Em suma, se apenas uma parcela muito restrita de indígenas foi analisada nas investigações, é certo que o número de mortos é exponencialmente maior que o apresentado.

Palco de considerável número de mortes e violações catalogadas pela CNV, a Guerrilha do Araguaia foi uma grande luta pela liberdade e democracia brasileira. A Guerrilha foi marcada por uma intervenção violenta e extremamente desigual. A luta dos povos indígenas naquele

momento também é acompanhada, e vice-versa, por outros grupos que lutavam em prol da democracia e contra as forças de repressão, o que levou a morte e ao desaparecimento de centenas de pessoas, dentre elas diversos indígenas. Segundo o Relatório, há casos em que o número de mortes é alto o bastante para desencorajar as estimativas.

A análise, mesmo que precária, desses dados que traduzem gravíssimas violações aos direitos humanos das populações indígenas brasileiras é mais uma justificativa que afasta o mito que a ditadura militar brasileira teria sido branda, ou mesmo que tenha respeitado aspectos como identidades, diferenças e culturas.

Esses dados refletem, acima de tudo, a díade reconhecimento/colonialidade (MIGNOLO, 2005; MALDONADO-TORRES, 2009), afinal, neste período estava em processo de aprovação o Estatuto do Índio, ao tempo que já havia uma instituição com o intuito de proteger os indígenas, a Fundação Nacional do Índio (Funai). O Estatuto do Índio (1973) foi altamente desrespeitado, inclusive pela própria Funai. Com o intuito de proteção, esta lei foi militarizada e, na realidade, funcionou como instrumento de ininterruptas violações, sempre com o fundamento de que as ações do governo eram parte do projeto de desenvolvimento nacional e da “integração” do povo indígena à sociedade brasileira. Ler esse cenário a partir destes marcos pode significar no “reconhecimento de múltiplas e heterogêneas diferenças coloniais, assim como as múltiplas e heterogêneas reações das populações e dos sujeitos subalternizados à colonialidade do poder” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 21).

A Política de Genocídio contra os Índios no Brasil, documento de extrema importância, datado de 1974, já alertava quanto à política integralista etnocolono-racial do Estatuto do Índio, que foi sancionado por Médici, a qual garantia que os índios seriam ‘integrados’ à sociedade o mais rápido possível. Ao mesmo tempo, afirmava: “os índios não podem impedir a passagem do progresso. [...] Dentro de 10 a 20 anos não haverá mais índios no Brasil” (janeiro de 1976). Importante ressaltar que a Funai estava subordinada ao Ministério do Interior, cujo próprio ministro estava à frente de todas as políticas de colonização de populações indígenas.

Quando se reflete sobre afirmações do governo militar, como a que é feita à época por Rangel Reis, Ministro de Médici, nos é claro que povos

indígenas estiveram explicitamente excluídos da condição de sujeitos, cidadãos ou detentores de qualquer dignidade que os/as caracterizasse enquanto pessoas. Novamente, a colonização e violação de direitos indígenas se dá sob o argumento que perfaz, até hoje, o sistema-mundo (MIGNOLO, 2005). Como já tratado, as violações aos direitos humanos das populações indígenas aconteciam de forma sistemática e todas possuíam um objetivo comum: forçar a “integração” dos indígenas e colonizar seus territórios a partir de uma justificativa desenvolvimentista, tendo, implicitamente, a matriz etnocolono-racial enquanto gênese.

O que se estabeleceu, na prática, foi uma política de exclusão e que atuou direta e violentamente sobre usos, costumes e tradições desses povos. Visava-se despersonaliza-los, tendo o apagamento étnico-racial como ponto de partida.

Assim como no processo de colonização, vê-se que os territórios indígenas foram alvo político comum de perseguição do Estado, objeto, ora de óbice ao desenvolvimento – e que visava sempre a sua apropriação –, ora como espaço de expropriação, o que articulava sistemáticas violações e o apagamento racializado das diferenças. Muitas das graves violações a direitos indígenas continuaram até a promulgação da Constituição Federal de 1988. No entanto, os efeitos das violências perduram até os dias de hoje.

A continuidade das investigações da Comissão Nacional da Verdade, juntamente com análise mais aprofundada do Relatório Figueiredo – que ainda tem muito a nos dizer sobre o que de fato ocorreu na ditadura –, além da extrema necessidade de completar o processo transicional dos povos indígenas, ainda em curso no Brasil, podem encontrar na perspectiva decolonial negra um permanente diálogo entre povos colonizados ou que vivenciam a colonialidade, tal como experimentado e apresentado nas reflexões apresentadas por pesquisadores/as negros/as.

A Constituição de 1988 se apresenta como marco na anistia dos povos indígenas após a ditadura militar. A partir dela é superada, apenas no campo formal, a questão do integracionismo, que institui, desde a colonização do Brasil, o “modo de ser” indígena. Rer ler esse contexto a partir de lentes decoloniais negras, marcadas também por elementos étnicos, pode significar no desvelar de ações diretas e deliberadas do

Estado que visaram, desde sempre, impedir que os povos indígenas exercessem livremente sua identidade; pode mostrar como, no militarismo brasileiro, as políticas estatais constituíram-se: “em verdade, em negação de direitos humanos básicos, porquanto representavam a tentativa de extinção de povos enquanto coletividades autônomas” (BRASIL, 2014, p. 246).

A descaracterização do *Outro*, aliada à dominação exercida, assumiu, nesse cenário, a condição de eliminar as diferenças culturais, tomando a imagem dos povos indígenas a partir da cultura europeia branca (MALDONADO-TORRES, 2009).

Assim, questiona-se: que marcos teórico-epistêmicos podem contribuir com a releitura de quadros de violações a povos indígenas em períodos de exceção? Que notas podem ser apresentadas, a partir de marcos teóricos não hegemônicos, ao quadro justransicional brasileiro, em se tratando da questão indígena?

Refletiremos a seguir, a partir da noção de justiça étnico-coletiva proposta por César Rodríguez Garavito e Yukyan Lam e da perspectiva decolonial negra, alguns elementos que perfazem essas questões e outras já apresentadas.

Justiça étnico-coletiva e a perspectiva decolonial negra: notas à discussão justransicional brasileira sobre povos indígenas

É a partir do território que decorrem as maiores violações aos direitos fundamentais dos povos indígenas. Por outro lado, territorialidades, em se tratando desses sujeitos, são marcadas por aspectos de racialização da existência. Problematicando a restituição e analisando os problemas pelos quais é tão difícil o reconhecimento dessas duas condições, César Rodríguez Garavito e Yukyan Lam (2011) propõem a adição de um novo e distinto critério de justiça, juízo crítico chamado de *justiça étnico-coletiva* (JEC). Em tese, o referido paradigma dialoga com uma perspectiva étnica e racial de justiça, a qual, ao nosso ver, é de base decolonial, e por isso, serão dispostas, neste ensaio, em paralelo.

A restauração de terras, territórios despojados e restituição de identidades indígenas perfazem características especiais, tanto por serem territórios coletivos como pela sua peculiaridade étnica e racial, que dependem do efetivo respeito de seus territórios como paradigma de afirmação e/ou restituição de identidades. Em suma, as intersecções entre uma justiça étnico-coletiva, aliada a uma leitura racializada desse quadro, pode apresentar critérios de justiça a povos indígenas que considerem dimensões históricas que perfizeram graves violações a esses sujeitos.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem decidido que políticas de superação de graves violações de direitos humanos em relação a populações marcadas por condições de subalternidade (gênero, raça, etnia, geração, etc.) devem ter uma abordagem diferenciada. Em relação a povos indígenas, essa abordagem deve garantir o dimensionamento, nas ações de justiça, verdade, reparação e não-repetição, que considerem a histórica e sistemática negação de sua identidade cultural, bem como os seus territórios enquanto marcados pela colonização racializada.

A grande problemática é que o conceito de “abordagem diferenciada” continua sendo vago, tanto nos tribunais quanto na jurisprudência e nas políticas públicas. Aliado a isso, o Estado ainda não traduz a necessidade de combinar o critério da justiça de transição a critérios que dimensionem a colonialidade do poder e/ou critérios de uma justiça étnico-coletiva. Ou seja, a aplicação prática desses critérios e o seu cruzamento com a reparação (inclusive histórica) seguem sendo apropriados pela abordagem generalista branca, colonial e masculina.

Para se entender os dilemas que envolvem a reparação de violações culturais e territoriais, na justiça de transição, precisa-se inserir a discussão sobre políticas de reparação distributivas e reconhecedoras do racismo enquanto elemento chave das violências, partindo desde políticas históricas de reforma agrária, com enfoque na justiça social, na redistribuição de riquezas e no confronto do racismo estrutural.

Nesse sentido, o primeiro passo desse processo residiria na elaboração de uma tipologia ampla – sendo a sua principal vantagem à compreensão das diversas formas de expropriação dispostas e às políticas de deslocamento e reparação de sujeitos subalternos – e, então

na compreensão das graves violações de direitos humanos em períodos de totalitarismo enquanto acontecimentos complexos em termos étnicos e raciais.

O reconhecimento da transição violenta e da expropriação de territórios indígenas devem ser lidos a partir de lentes decoloniais que considerem como a colonialidade do poder, do ser e do saber (MIGNOLO, 2005) gestaram as desigualdades até hoje vividas por esses sujeitos. Garavito e Lam (2011) destacam que nesses conflitos devem ser privilegiados diferentes objetos, analisados por quatro critérios distintos de justiça no que se refere à atribuição de terra e reconhecimento de violações de direitos culturais: justiça transicional, justiça social, justiça como eficiência e, por fim, constituindo a noção de justiça étnico-coletiva.

Com enfoque tradicionalista, a dimensão transicional deve centrar-se no passado presente, guiada com o objetivo de reparar o dano em sua dimensão histórica. Deve centrar-se na reparação em nível de direito internacional e em graves violações aos direitos humanos, como por exemplo, confisco de terras e deslocamentos forçados em massa. Nessa abordagem, o objeto privilegiado seria as vítimas, marcadas étnica, cultural e racialmente, por tais violações.

Na dimensão social e em relação à justiça como eficiência, volta-se especialmente às questões agrárias – enfatizando as terras individuais. O eixo social da justiça étnico-coletiva enfatiza a redistribuição de terras como mecanismo de inclusão e equidade, e, numa leitura decolonial negra, sobre como os processos de subjugação indígena estão diretamente ligados ao imaginário racial de opressão. Na dimensão da justiça como eficiência, valorizar-se-iam as condições favoráveis ao mercado social como forma de promoção da distribuição de riquezas e superação das desigualdades.

Em suma, a justiça étnico-coletiva recai sobre a consideração do território enquanto lócus de enunciação de identidades, terras que servem como espaço de exercício e afirmação de uma dada cultura subalternizada pela matriz etnocolono-racial, neste caso, as populações indígenas. Esta, além de se referir às coletividades, destaca a identificação cultural como critério para a superação de violências coloniais.

Colocando em intersecção a justiça étnica coletiva da justiça transicional, tem-se alguns aspectos importantes. A justiça étnico-coletiva, em suma, buscaria a reparação às violações sofridas decorrentes do processo histórico de colonização e das relações desiguais entre sujeitos identificados a partir de marcadores étnico-raciais. Outra questão é que a justiça étnica não só lidaria com o passado, mas também com a transformação contemporânea dessas realidades. Aliada ao reconhecimento de violações instituídas a partir de estados de exceção, a justiça étnica traz também o diálogo com ações afirmativas enquanto mecanismo de superação dos efeitos do processo colonizador suportados por grupos indígenas e negros. Esta também assume o objetivo de pensar uma sociedade multicultural e multiétnica (GARAVITO; LAM, 2011), assim como problematizado pela perspectiva decolonial negra (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016).

Refletindo sobre uma perspectiva justransicional sobre graves violações a povos indígenas, a partir da noção de justiça étnico-coletiva, alguns conceitos e aspectos devem ser especialmente considerados. O primeiro deles realça a reparação enquanto componente de dimensionamento das desigualdades que acompanham esses sujeitos. Concomitante, sugere-se analisar e instituir a reparação levando-se em conta a perspectiva (étnica, cultural e racial) a partir da qual se funda a violência. Ou seja, uma vez que um dano precise ser reparado, a reparação deve ser pensada à luz da condição étnico-racial do grupo atingido, no entanto, lendo-a a partir dos deslocamentos históricos e de dominação que os marca. A desconsideração de direitos culturais tem um enorme impacto na estrutura de uma comunidade indígena – em alguns casos pode levar até a destruição cultural desses povos.

Correlacionando as duas perspectivas, a da justiça étnico-coletiva e negra, está em construção uma agenda decolonial de reparação, vinculada à formação de uma rede de ideias em favor da justiça, da igualdade e da diversidade epistêmica e jurídica desses povos. Para isso, é fundamental que a justiça étnico-coletiva surja com iniciativa a ações afirmativas, buscando restaurar e proporcionar o acesso a direitos e superando desigualdades, como também disponibilizando recursos materiais para o desenvolvimento cultural, econômico e social desses grupos que foram historicamente subalternizados.

Ao se pensar formas de reparação a violações a povos indígenas em períodos de militarismo, deve-se considerar como cerne desse processo princípios de reconhecimento e reivindicação da diferença negada, histórica e sistematicamente, pelo processo colonizador. As perspectivas étnico-coletiva e negra, em intersecção, podem significar em um diálogo intercultural desenvolvido especialmente a partir do sul global, tendo a dominação colonial como o conector entre diversos lugares epistêmicos.

Encenado em ambos os paradigmas, os próprios projetos de resistência, tal como proposto a partir do *lócus* de enunciação negro, podem se traduzir na integração e/ou construção de um diálogo decolonial e crítico da matriz etnocolono-racial que, tanto no processo de colonização quanto no período de militarismo brasileiro, marcou o cotidiano de violações de direitos indígenas.

Algumas considerações

Quanto à reflexão acerca do cenário de graves violações a direitos indígenas em períodos de militarismo, a perspectiva decolonial negra possibilita a crítica em construção nesse campo *“a restituição da fala e da produção teórica e política de sujeitos que até então foram vistos como destituídos da condição de fala e da habilidade de produção de teorias e projetos políticos”* (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 19–20).

Assim como afirmou a Comissão Nacional da Verdade, enquanto não houver a plena reparação, reconhecimento do protagonismo e restituição das terras indígenas esbulhadas na ditadura, não se poderá considerar a plena transição em se tratando desses sujeitos, especialmente quando se releva a perspectiva integracionista e persecutória perversa instituída e instrumentalizadora do atual regime democrático e pluriétnico brasileiro.

Nesse mesmo sentido, apesar de todas as garantias estabelecidas na redemocratização, a atual política indigenista ainda funciona e está fundada nos moldes do militarismo, reprodutor da matriz etnocentrista, colonial e étnico-racista. Assim, o desafio central desta pauta tem residido na preocupação em se problematizar as epistemes fundadas a partir da reflexão de sujeitos subalternos, a partir de uma perspectiva

subalterna e fincado no compromisso ético-político em elaborar uma justiça e conhecimento contra-hegemônicos.

A reparação aos povos indígenas brasileiros necessita ser problematizada a partir de uma responsabilidade de natureza coletiva, que, em sua singularidade, comporte a crítica ao racismo histórico, ao processo de colonização e à perpetuação de uma visão de mundo baseada no eurocentrismo.

O militarismo implantado no Brasil entre 1960 e 1985 deixou marcas negativamente profundas na realidade dos povos indígenas. Especialmente os problemas socioculturais ainda persistentes nos dias de hoje, reflexos da dominação e repressão histórica, as quais continuam a repercutir na reconstrução da identidade e nos projetos de emancipação desses sujeitos.

A justiça étnico-coletiva, aliada à crítica decolonial em perspectiva negra, torna-se um importante e necessário vetor ao reconhecimento cultural e étnico desses povos. Problematicada a partir e com base em políticas afirmativas de combate às desigualdades, pode caminhar no sentido de uma reparação histórica, decolonial e intercultural.

Referências bibliográficas

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

BIGIO, Elias dos Santos. A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). **Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI**, Brasília, v. 4, n. 2, p.13-93, dez. 2007.

BRASIL. Povos Indígenas e Ditadura Militar. **Subsídios à Comissão Nacional da Verdade 1946-1988**. Relatório Parcial 01 de 30 nov. 2012. Disponível em: <https://idejust.files.wordpress.com/2012/12/povos-indc3adgenas-e-ditadura-militarrelatc3b3rio-parcial-30_11_2012.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2018.

_____. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil**. Dados de 2013. Disponível em: Brasília: Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 2013.

_____. Relatório da Comissão Nacional da Verdade: Volume II - Texto 5 - **Violações de direitos humanos dos povos indígenas**. Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 2014.

CARVALHO, José Carlos de Paula. Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas. **Interface**, Botucatu, v. 1, n. 1, aug. 1997.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GARAVITO, César Rodríguez; LAM, Yukyan. **Etnorreparaciones**: la justicia étnica colectiva y la reparación a pueblos indígenas y comunidades afrodescendientes en Colombia. Bogotá, 2011.

GONZALEZ, Lelia; Carlos HASENBALG. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 19 n. 53, p. 237-257, jan./apr. 2005.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do *ser* e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de S. Santos; MENESES, M. Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: CES, 2009.

MENEZES, Paulo. Etnocentrismo e relativismo cultural: algumas reflexões. **Symposium**, Recife, v. 3, n. especial, p. 19-25, 1999.

MIGNOLO, Walter. La descolonización del ser y del saber. In: SHIWY, Freya; MIGNOLO, Walter; MALDONADO-TORRES; Nelson. **(Des)colonialidad del ser y del saber**. 1. ed. Buenos Aires: Del Signo, 2006. p. 25-30

_____. On subalterns and other agencies. **Postcolonial Studies**, Melbourne, v. 8, n. 4, p. 381-407, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. p. 107-130.

TELLES, Norma. A imagem do índio no livro didático: equivocada, enganadora. In: SILVA, Aracy Lopes da (Org.). **A questão indígena na sala de aula**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 75-6.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 131-152, jul./dec. 2008.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional uma abordagem conceitual**. São Paulo: Trama Design, 2016.

Recebido em: 10/02/2018 * Aprovado em: 01/10/2018 * Publicado em: 29/12/2018